

Visão e Princípios para o Planejamento Espacial Marinho no Brasil

Resolução 07/2023 da Comissão Interministerial para os
Recursos do Mar - CIRM

Dezembro de 2023

Sumário

1. Visão

2. Princípios

2.1.	Ter uma abordagem ecossistêmica	6	2.13.	Ser instrumento de enfrentamento à Mudança do Clima	9
2.2.	Contribuir para a saúde e bem-estar humano	6	2.14.	Promover a economia oceânica sustentável e inclusiva	10
2.3.	Ter abordagem precautória	6	2.15.	Ser fundamentado em princípios legais	10
2.4.	Estar baseado em área	7	2.16.	Promover a cooperação internacional	10
2.5.	Ter visão integrada	7	2.17.	Contribuir para a Soberania do Estado, a Defesa Nacional e a Segurança Marítima	10
2.6.	Promover a integração e coordenação intergovernamental	7			
2.7.	Ter participação social legítima	8			
2.8.	Promover a Cultura Oceânica	8			
2.9.	Ser inclusivo e acessível	8			
2.10.	Ser transparente	9			
2.11.	Ser baseado em conhecimento e inovação	9			
2.12.	Ser adaptativo e contínuo	9			

Apresentação

O oceano desempenha um papel fundamental ao fornecer recursos e serviços ecossistêmicos essenciais para uma ampla gama de usos e atividades humanas, como exploração de petróleo e gás, geração de energia, transporte e comércio internacional, turismo, aquicultura e pesca, além das ações de conservação. Diante do aumento dessas atividades e dos desafios das mudanças climáticas, a gestão dos ecossistemas marinhos desempenha um papel vital na manutenção da saúde do oceano e no bem-estar humano.

O Planejamento Espacial Marinho (PEM) oferece uma abordagem abrangente para a gestão do oceano, baseada em ecossistemas, de maneira integrada e sistêmica das interações

entre os ambientes marinhos, os serviços ecossistêmicos e as atividades humanas, considerando as necessidades da sociedade. O PEM busca alcançar a compatibilidade e sinergia entre os diferentes usos e os ecossistemas marinhos, levando em consideração aspectos ambientais, econômicos e sociais, analisando e alocando as atividades humanas de maneira espacial e temporal.

Para promover essa abordagem, o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), realizaram entre os dias 25 e 27 de setembro de 2023 um Seminário e Oficina sobre o Planejamento Espacial Marinho (PEM) da Amazônia Azul.



Amazônia Azul brasileira. Freepik

O evento contou com a participação dos membros do Comitê Executivo do PEM (CIRM), representantes dos governos dos Estados costeiros e convidados. Durante as discussões, foram considerados os diversos interesses e necessidades econômicas, sociais e ambientais do Brasil, resultando na construção conjunta de uma proposta de visão e princípios para o PEM no país, aprovada pela Resolução CIMR 07/2023, como apresentado nas páginas a seguir.

Nesta etapa, o processo do PEM contou com o apoio dos Projetos GEF Mar e TerraMar (MMA, ICMBio e GIZ/IKI) que, juntamente com representantes de outras instituições, embarcaram nessa jornada.



Mariana Bitencourt/Projeto TerraMar

1. Visão

Território marinho brasileiro saudável, biodiverso, resiliente, seguro e produtivo impulsionando o desenvolvimento sustentável, ordenado, equitativo e democrático.

Esta situação será alcançada por meio de planejamento e governança, de maneira contínua, articulada e participativa, considerando o melhor conhecimento científico, os saberes tradicionais e as melhores práticas, a fim de garantir a manutenção da soberania e defesa nacional, a conservação da sociobiodiversidade e dos serviços ecossistêmicos, o desenvolvimento econômico sustentável, a inclusão social, a justiça ambiental e climática e o bem-estar da sociedade.



50 milímetros

2. Princípios

2.1. Ter uma abordagem ecossistêmica

considerar as interações complexas e interdependências entre os ecossistemas costeiros e marinhos e o bem-estar humano, garantindo a conservação da sociobiodiversidade, a saúde dos ecossistemas e a manutenção dos serviços ecossistêmicos. Deve também implementar estratégias que identifiquem áreas prioritárias para a manutenção da biodiversidade, que protejam e regenerem os ecossistemas marinhos, mantendo a saúde do oceano e garantindo a continuidade dos serviços vitais que ele oferece.

2.2. Contribuir para a saúde e bem-estar humano

garantir o direito a um ambiente saudável e direito de territórios tradicionais, melhorar as condições socioambientais, evitar e diminuir riscos e impactos ambientais, gerar emprego e renda, diminuir a pobreza e desigualdade e prezar pela segurança alimentar e nutricional das populações.



Freepik

2.3. Ter abordagem precautória

considerar medidas eficazes, mesmo na incerteza e na falta de dados científicos completos e atualizados, a fim de impedir ou minimizar a degradação do ambiente costeiro e marinho, sempre que houver atividades que possam impor perigo de dano grave ou irreversível.



Adobe Stock



Marinha do Brasil

2.4. Estar baseado em área

ser espacialmente explícito, levando em consideração compatibilidades e incompatibilidades espaciais, utilizando a melhor informação espacial disponível e reconhecendo as diferentes escalas espaciais e temporais dos processos e feições marinhas. Além disso, deve incluir a espacialização do melhor conhecimento científico, tradicional e local.

2.5. Ter visão integrada

manter estratégias de planejamento e gestão costeira e marinha integradas, participativas, inter e multidisciplinar, levando em consideração a integração terra-mar, compatibilizando os usos múltiplos das áreas costeiras e marinhas, promovendo a resolução de conflitos, mediação, diálogo e soluções negociadas, orientando-se pela justiça social e intergeracional.

2.6. Promover a integração e coordenação intergovernamental

articular as diferentes esferas de governo, fomentar a participação das organizações da sociedade civil e assegurar a governança democrática das áreas costeiras e marinhas. A governança do território marinho será caracterizada pela colaboração com os diversos setores da sociedade, promovendo uma abordagem articulada e participativa. No contexto da escala de análise compatível à tomada de decisões, as comunidades locais serão ativamente envolvidas, considerando-se os saberes tradicionais e a voz da sociedade civil. A transparência, a responsabilidade e a equidade serão os pilares dessa governança, assegurando que as decisões reflitam os interesses de toda a nação.

2.7. Ter participação social legítima

garantir a representatividade e transparência da participação social durante todo o processo, considerando a diversidade sociocultural e geográfica, bem como garantindo os direitos dos povos e comunidades tradicionais e a manutenção dos seus direitos e tradições.



Projeto TerraMar

2.8. Promover a Cultura Oceânica

incrementar a consciência da sociedade brasileira sobre a importância da conservação e uso sustentável do oceano, assim como do processo de Planejamento Espacial Marinho.

2.9. Ser inclusivo e acessível

assegurar que o acesso aos benefícios do território marinho seja equitativamente distribuído, promovendo a inclusão social e a justiça ambiental. O desenvolvimento de capacidades locais e a criação de oportunidades para as comunidades tradicionais serão incentivadas, sendo que os processos de participação devem usar linguagem acessível e de fácil compreensão, garantindo a equidade, inclusão e diversidade, de maneira que todos tenham a chance de prosperar em um ambiente marinho saudável.



Projeto TerraMar

2.10. Ser transparente

promover transparência no processo e decisões de Planejamento Espacial Marinho, assegurando que todos as partes interessadas, incluindo agências governamentais, setores econômicos e comunidades locais, prestem contas dos compromissos assumidos no processo.

2.11. Ser baseado em conhecimento e inovação

considerar o melhor conhecimento científico disponível, os saberes tradicionais e locais, assim como as melhores práticas e as soluções criativas e inovações tecnológicas. O diálogo constante entre os cientistas, as comunidades locais e inovadores, assim como o investimento em ciência e entendimento do ambiente marinho, serão promovidos

2.12. Ser adaptativo e contínuo

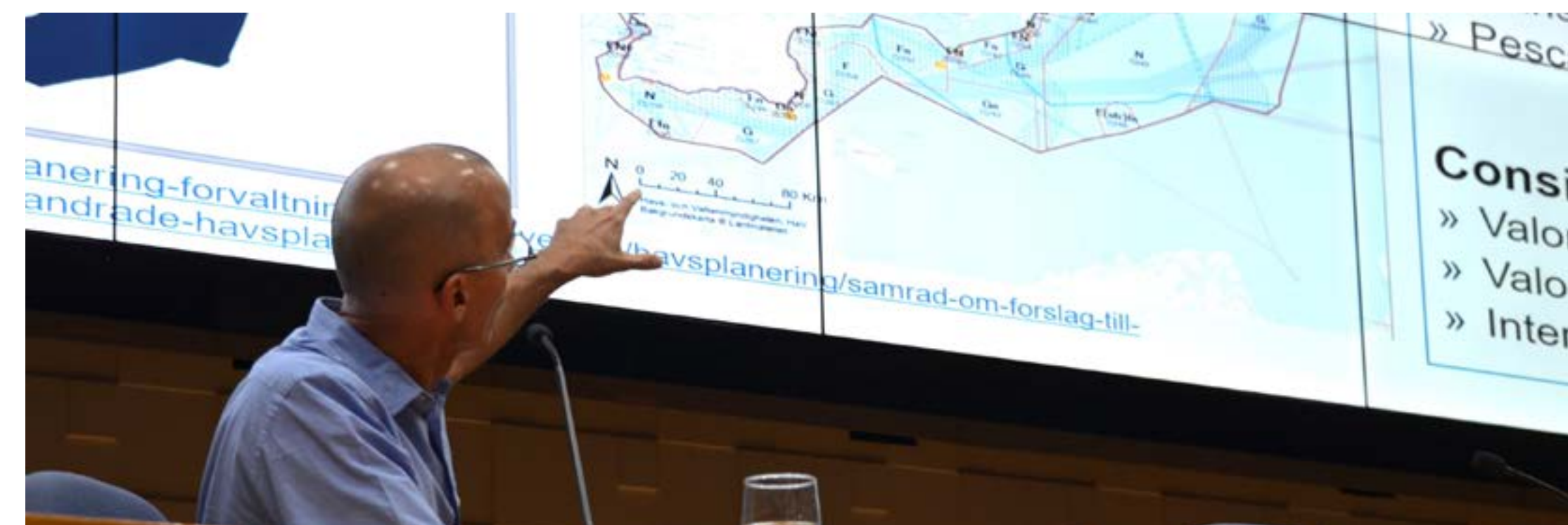
deve ser um processo de planejamento e gestão contínuo e adaptativo, capaz de ser flexível e incorporar cenários climáticos, mudanças ambientais, econômicas, políticas e sociais ao longo do tempo, bem como prever atualizações periódicas, sem perder de vista os objetivos de longo prazo. Deve utilizar ferramentas robustas de monitoramento e avaliação e reconhecer as incertezas.

2.13. Ser instrumento de enfrentamento à Mudança do Clima

reconhecer os desafios climáticos globais, considerando as vulnerabilidades ambientais e as estratégias de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, incluindo a transição energética justa.



SeaSketch



Glauçimara Silva (GIZ Brasil/ Cooperação Alemã)

2.14.

Promover a economia oceânica sustentável e inclusiva

levar em consideração os princípios da Economia Azul para o crescimento econômico com base ecossistêmica e práticas sustentáveis, reduzindo assim riscos socioambientais e escassez ecológica. Deve valorizar boas práticas na forma de investimento econômico racional, inovação e criação de empregos, garantindo que as comunidades costeiras se beneficiem do crescimento econômico de forma justa e inclusiva.



Freepik

2.15.

Ser fundamentado em princípios legais

estar fundamentado nos princípios constitucionais e na legislação vigente, bem como nos princípios da administração pública (Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade, Eficiência).

2.16.

Promover a cooperação internacional

colaborar com países vizinhos e organizações internacionais em questões transfronteiriças e além da jurisdição nacional, promovendo a conservação e uso compartilhado e justo dos recursos marinhos.

2.17.

Contribuir para a Soberania do Estado, a Defesa Nacional e a Segurança Marítima

reafirmar e preservar a soberania do Estado brasileiro e o exercício de jurisdição sobre seus espaços e atividades marítimas, promovendo a estabilidade, a defesa nacional e a segurança marítima, tendo presentes os compromissos assumidos pelo País internacionalmente e a posição do Brasil como ator marítimo influente no cenário internacional, em particular no Atlântico Sul.

Vamos navegar nesse
planejamento?



Supported by:



Federal Ministry
for the Environment, Nature Conservation,
Nuclear Safety and Consumer Protection



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE E
MUDANÇA DO CLIMA



based on a decision of
the German Bundestag